

Boletim

N.º 14 JUNHO / 1988

ANMP



XVII ESTADOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA - GLASGOW 1988

SOB O SIGNO DA UNIÃO EUROPEIA

PORTUGAL SERÁ O ANFITRIÃO EM 1990

Os XVII Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa realizaram-se de 1 a 4 de Junho na cidade escocesa de Glasgow e, somos tentados a dizer, decorreram sob o signo da União Europeia.

No entanto para os portugueses esta reunião magna dos autarcas de toda a Europa assumiu uma importância fundamental já que os próximos Estados Gerais decorrerão em Portugal. Tratou-se de uma verdadeira «passagem do testemunho». Um momento no qual os autarcas portugueses se empenharam muito especialmente. E a comprová-lo está o facto de, pela primeira vez, Portugal ter estado representado por uma das maiores delegações, já que estiveram na Escócia mais de cem autarcas oriundos de todas as regiões do País. Os representantes dos municípios portugueses quiseram assim «acolher» a decisão de realizar em 1990 em Portugal os XVIII Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa, mas ainda testemunhar a formalização do convite endereçado pelo Presidente do Conselho Directivo da ANMP a todos os autarcas europeus para participarem na próxima edição dos Estados Gerais.

Artur Torres Pereira afirmou, na sessão solene de encerramento dos XVII Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa, que «Portugal está na CEE para a ajudar a construir uma Europa diferente». Neste sentido o Presidente do Conselho Directivo da ANMP explicou que «a Europa não poderá ser tecnocrática e desumanizada, nem poderá ficar por um simples Mercado Comum apenas com preocupações economicistas. A Europa, para os portugueses, terá antes de ser solidária na cooperação com África e Terceiro Mundo, em geral, e deverá empenhar-se no aprofundamento do diálogo Leste-Oeste». Artur Torres Pereira sublinhou também que «Portugal está particularmente à vontade na CEE pois respeitou os direitos do Homem e foi o primeiro País a abolir a escravatura». Mais à frente o Presidente do Conselho Directivo da ANMP referiu o facto de na sua opinião «Portugal estar hoje de volta ao Mediterrâneo e à Europa, depois de ter andado 500 anos pelo mundo, tendo levado sempre os valores da nossa herança Cristã, mediterrânica e europeia; tolerância para com as diferenças, respeito para com os outros e abertura de espírito ao progresso».

A ideia da União Europeia foi, como dissemos, a tônica dominante nestes XVII Estados Gerais. De facto os cerca de quatro mil autarcas presentes em Glasgow apelaram para que se continue a desenvolver todos os esforços no sentido de que a União Europeia seja uma realidade.

Os participantes concluíram, a partir de um relatório do italiano Gianfranco Bartolini, que a criação do Mercado Único Europeu é «uma necessidade urgente».

«Sob pena de graves riscos» foi sublinhado, igualmente, que terá de ser assegurada a solidariedade entre as regiões ricas e as regiões pobres da CEE.

Por outro lado, terá também de ser reforçada a cooperação económica entre os diversos países, para que a construção europeia tenha uma verdadeira «dimensão social».

Os autarcas entendem que a falta de cooperação tecnológica entre as diferentes regiões do continente tem trazido, tanto como a manutenção de fronteiras, «pesadas consequências financeiras para a Europa».

Estes Estados Gerais consideraram ainda que a Comunidade Europeia deverá caminhar rapidamente para a adopção de uma moeda comum. Sem essa medida seria «uma quimera» pensar no Mercado Único Europeu.

A união política da Europa, prossegue o documento aprovado, terá ainda de passar por uma uniformização das políticas externas e de defesa.

PRESENÇA HISTÓRICA DOS PAÍSES DE LESTE

«Acontecimento de significado histórico» foi como o presidente do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CCRE), o alemão federal Josef Hofmann, classificou, na sessão de abertura, a presença em Glasgow de delegações de países de Leste (URSS, Hungria, Checoslováquia, Polónia e Jugoslávia), o que aconteceu pela primeira vez. Josef Hofmann fez votos para que comece em Glasgow uma cooperação intensa entre os municípios do Ocidente e os do Leste da Europa.

As delegações dos países de Leste participaram com o estatuto de observador. No entanto um autarca soviético fez uma intervenção para saudar as delegações presentes.

De salientar também a presença de uma delegação da oposição chilena, de onde destacamos Carmen Frei, filha do ex-presidente do Chile, Eduardo Frei. Esta representação pediu em Glasgow o apoio dos autarcas europeus para o processo de democratização do Chile.

APELOS À PAZ E AO DESENVOLVIMENTO

O Presidente do CCRE, Josef Hofmann, afirmou no decorrer dos trabalhos, que «o conceito da Europa do futuro só será possível de concretizar se for aproveitada a oportunidade histórica de cooperação pacífica entre os países do Ocidente e do Leste Europeu».

Sobre a questão das geminações, que ultimamente tem merecido maior atenção e incremento por parte dos responsáveis autárquicos da Comunidade Europeia, aquele responsável sublinhou que «os acordos estabelecidos entre numerosas cidades constituem o maior e mais bem sucedido movimento de paz surgido desde a última guerra mundial».

NOVAS TECNOLOGIAS AUTARCAS ESPERANÇADOS MAS TAMBÉM PREOCUPADOS

O tema das novas tecnologias de informação foi abordado por uma comissão que se debruçou especifi-

ficamente sobre o assunto. A presidir aos trabalhos esteve o Presidente do Conselho Directivo da ANMP, Artur Torres Pereira. Relativamente a esta questão os autarcas europeus manifestaram dois tipos de preocupações: a de que possam invadir a vida privada dos cidadãos e a de que aumentem o desemprego.

O relatório apresentado à comissão conclui que as tecnologias de informação, apesar do progresso que representam, podem também trazer «riscos para os cidadãos», designadamente em matéria de liberdades individuais.

«O cidadão tem o direito de saber que informações existem sobre si, quem as controla e em que momento elas podem ser utilizadas», explica o documento.

A protecção dos bancos de dados constitui assim, para os autarcas, a questão fundamental a acautelar na introdução das novas tecnologias.

O relatório previa que a protecção dos bancos de dados ficasse a cargo de «responsáveis especializados».

No entanto, os autarcas discordaram desta formulação pois consideram que os bancos de dados devem estar entregues a órgãos eleitos (quer a nível local quer nacional) e nunca a técnicos de informática.

Os participantes nos Estados Gerais de Glasgow concluíram também que as decisões essenciais sobre política de telecomunicações devem ser definidas pelos parlamentos nacionais.

Um autarca italiano propôs a criação de uma espécie de provedor, que atendessem as queixas específicas dos cidadãos sobre as novas tecnologias de informação.

Neste encontro concluiu-se ainda que a economia de mão-de-obra resultante da modernização tecnológica, não pode traduzir-se em despedimentos.

Segundo o relatório, a informatização deve ser encarada pelas autarquias como ocasião para proceder a uma reestruturação dos seus serviços.

«É necessário, antes de mais, conclui o documento, possibilitar aos trabalhadores autárquicos cursos de formação intensiva e proporcionar-lhes, tanto quanto possível, maior participação nas decisões sobre a reorganização das estruturas municipais. O aspecto social não pode ser esquecido neste processo».

MÁRIO SOARES ENVIA MENSAGEM

O Presidente da República, numa mensagem enviada aos XVII Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa, afirma que «o Poder Local tem contituido em Portugal um dos principais meios de transformação do País e de melhoria das condições de vida das populações».

A mensagem foi entregue logo no início dos trabalhos pelo presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Dr. Torres Pereira.

Para Mário Soares, «o Poder Local e a descentralização das regiões desempenham um papel fundamental na construção «de uma Europa que queremos cada vez mais solidária, desenvolvida e ao serviço de todos os cidadãos»».

«Estamos muito empenhados na troca de ideias, conhecimentos e experiências sobre este tema de tanta importância e actualidade», acrescentava o Presidente da República no documento enviado aos participantes nos Estados Gerais de Glasgow.

PROCESSO DE CANDIDATURAS À BANDEIRA AZUL ANUNCIADO EM OFIR

O Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, Eng. Macário Correia, anunciou no passado dia 17 de Maio, em Ofir, todo o processo de candidaturas de praias portuguesas à Bandeira Azul da Europa para o ano de 1988.

Para aquele elemento do Governo «o lançamento do segundo ano do processo de candidatura à bandeira azul pretende contribuir para uma divulgação pública de como decorre o processo e dos critérios de atribuição, entretanto revistos no final do Ano Europeu do Ambiente. O Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais depois de referir que» este concurso é uma aposta na promoção do litoral e das regiões turísticas, salientou que a principal alteração verificada nos critérios de atribuição da bandeira azul da Europa foi a efectiva obrigatoriedade e a melhor especificação de alguns deles que até agora eram considerados apenas como desejáveis.

«Ter praias limpas e com infraestruturas adequadas é condição fundamental para o lazer, para o recreio e para o turismo», referiu o Eng. Macário Correia. Neste sentido, este responsável do Governo, acrescentou que «as Autoridades Locais e a Administração Central têm feito esforços consideráveis nos últimos anos, investindo milhões de contos».

Nesta conferência de imprensa organizada conjuntamente com a ANMP estiveram ainda presentes o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, responsáveis das Direcções Gerais do Turismo e de Cuidados e de Saúde Primários, das Direcções Regionais de Ambiente e Recursos Naturais, para além de elementos das Comissões de Coordenação Regionais e da Associação Naval de Lisboa.

No que diz respeito ao processo de candidatura de praias portuguesas à Bandeira Azul da Europa para o ano de 1988 passamos a transcrever um documento relativo ao assunto distribuído pela SEARN :

Procedeu-se durante a época balnear de 1987 e pela primeira vez em Portugal à atribuição da «Bandeira Azul» da Europa às praias e portos de recreio que cumprissem um determinado número de critérios estabelecidos a nível da Comunidade Económica Europeia.

Esta campanha teve início em França em 1985, partindo a iniciativa da «Fondation pour l'Education à l'Environnement en Europe» (FEEE) com o apoio do Ministério do Ambiente francês. O êxito da acção incitou a Comissão das Comunidades Económicas Europeias a apoiar a extensão da campanha da «Bandeira Azul» aos restantes Estados-membros da CEE.

A Comissão das Comunidades Europeias pretende que esta campanha contribua para a melhoria da protecção do meio marinho e costeiro, nomeadamente que seja um instrumento que estimule o cumprimento pelas entidades competentes a nível nacional, regional e local da Directiva 76/160/CEE acerca da qualidade das águas de banho, orientando e dirigindo os investimentos necessários à melhoria da qualidade das praias e sensibilizando o público sobre os problemas do ambiente.

O organismo coordenador (FEEE), que nesta acção contou com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias, nomeou em cada Estado-membro um operador nacional responsável pela consecução das acções necessárias.

Em Portugal o Operador Nacional nomeado foi a Associação Naval de Lisboa (ANL) na pessoa do Conde de Caria, que delegou a acção ao nível das praias na Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA).

O projecto de estratégia a seguir pela DGQA consistiu em, através das Comissões de Coordenação Regionais-CCRs (nomeadamente através das suas Direcções Regionais de Ambiente e Recursos Naturais - DRARNs), contactar as diversas entidades oficiais, a nível regional e local, com competências no domínio da gestão das zonas costeiras - Câmaras Municipais do litoral (54 no total), Capitánias dos Portos, Administrações Regionais de Saúde (ARSs), Delegações Regionais de Turismo, com as quais se efectuariam reuniões, por Região, com os representantes destes diversos organismos. Mediante, o consenso de todas as entidades responsáveis em cada caso, seria preenchida a «ficha de candidatura» de cada praia; nesta ficha constavam os critérios imperativos a guias cujo cumprimento decidiria, juntamente com o «atestado comprovativo» da qualidade das águas balneares (ou seja, a apresentação dos boletins de análise respectivos), a atribuição ou não da «Bandeira Azul» a essa praia.

De salientar, por último, que antes da conferência de imprensa o Presidente da ANMP, Dr. Artur Torres Pereira, tomou parte na cerimónia de tomada de posse do Conselho Geral da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, acto que teve lugar na CM de Esposende e foi presidido pelo Secretário de Estado do Ambiente. Após este acto de posse o Eng. Macário Correia e convidados visitaram as instalações da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende e deslocaram-se ainda à zona que será sujeita a uma intervenção imediata no âmbito da região abrangida por aquela área.

ANMP APOIA CARTÃO JOVEM

O Cartão Jovem é uma iniciativa que foi lançada há três anos pelo Ministro Adjunto e da Juventude e que tem como objectivo fundamental fazer com que os jovens possam usufruir de descontos ou facilidades diversas quando pretendam utilizar os mais diferentes bens ou serviços. Estes descontos são proporcionados pelo apoio ou colaboração de múltiplas entidades quer sejam públicas ou privadas.

De recordar que a ANMP está também a apoiar e a colaborar com as entidades promotoras desta "IDEIA JOVEM" já que entende que deste tipo de iniciativas resultam vantagens para todas as partes envolvidas.

AS VANTAGENS DO CARTÃO JOVEM

1987/88 Foi o segundo ano da iniciativa **cartão jovem** que promoveu mais uma vez um ano de sucesso para os jovens e empresários da sociedade Portuguesa.

Mais de 6.000 empresas de todo o país aderiram a esta iniciativa, obtendo publicidade e aumentando as suas vendas, ao mesmo tempo que proporcionaram a mais de 300.000 jovens um aumento sensível do poder de compra.

Em 1988, o **cartão jovem** não deixará de ser novidade. Novas e interessantes iniciativas irão surgir, através do acompanhamento dos jovens e empresários ao longo do ano, apostando ainda mais no sucesso de todos os que conosco acreditam nos jovens.

Em 1 de Setembro o **cartão jovem** poderá ser usado simultaneamente por aproximadamente um milhão de jovens de Portugal, Espanha, França, Escócia, Holanda, Bélgica e Grécia.

Estes jovens, dos 12 aos 25 anos, com diferentes culturas e hábitos de consumo, mas portadores de um só **cartão jovem** optarão neste vasto mercado pelas empresas que apoiarem esta iniciativa.

VANTAGENS DOS ADERENTES

1. AUMENTO DE CLIENTELA

Os aderentes a esta iniciativa irão ter um aumento de vendas dos seus produtos, uma vez que os possuidores do **cartão jovem** frequentarão mais assiduamente os locais que lhes concederem descontos.

2. PUBLICIDADE GRATUITA

Nome e direcção publicados num guia entregue gratuitamente ao jovem na altura da aquisição do cartão, onde a sua empresa poderá receber um realce especial. Este guia de direcções permitirá aos jovens um vasto conhecimento das associações, serviços públicos e sociedades públicas e privadas de Norte a Sul do País.

3. FUTUROS CLIENTES

Os utentes do **cartão jovem** serão certamente futuros clientes dos locais que lhes concederem descontos.

O CARTÃO JOVEM

O **cartão jovem** é emitido de imediato, contra a apresentação do bilhete de identidade entregando uma fotografia e a importância de 500\$00.

Refira-se, por último, que a Comissão para o Lançamento do Cartão Jovem prestará mais informações sobre o Cartão Jovem na seguinte morada:

**Rua Braancamp, 15, 3.º, Esq., Telef. 534570 / 5326...
1200 LISBOA**

SERVIÇOS REGIONAIS DA JUVENTUDE:

Aveiro

Av. 25 de Abril, 24, r/c.
3800 AVEIRO Tel. 28625

Beja

Rua Pedro Álvares Cabral, 8
7800 BEJA Tel. 22672

Braga

Rua de Santa Margarida, 6
4700 BRAGA Tel. 22835

Bragança

Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 50
5300 BRAGANÇA Tel. 22775

Castelo Branco

Rua Dadrá, 24, 3.º-Esq.
6000 CASTELO BRANCO Tel. 22462

Coimbra

Rua Alexandre Herculano, 52
3000 COIMBRA Tel. 28191/2

Évora

Rua Miguel Bombarda, 43
7000 ÉVORA Tel. 22959

Faro

Rua dos Bombeiros Portugueses, 4, 1.º-Esq.
8000 FARO Tel. 22923

Guarda

Rua General Póvoas, 3
6300 GUARDA Tel. 22210

Leiria

Largo Cândido dos Reis, 9.
2400 LEIRIA Tel. 23378

Lisboa

Rua D. Estefânia, 14
1400 LISBOA Tel. 573345 - 578612

Rua José Estevão, 137
1100 LISBOA Tel. 573511

Portalegre

Praça da República, 17
7300 PORTALEGRE Tel. 22776

Porto

Rua Júlio Dinis, 604, 1.º
4000 PORTO Tel. 695434

Santarém

Largo Padre Francisco Nunes da Silva, 3
2000 SANTARÉM Tel. 22292

Setúbal

Rua Augusto Cardoso, 83, 1.º-Esq.
2900 SETÚBAL Tel. 28834

Viana do Castelo

Rua de Santo António, 149, 2.º-Esq.
4900 VIANA DO CASTELO Tel. 23583

Vila Real

Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 29, 2.º
5000 VILA REAL Tel. 23551

Viseu

Rua Capitão Silva Pereira, 117
3500 VISEU Tel. 26197/8

CONFERÊNCIA DAS CIDADES EURO-ÁRABES

Marraqueche - 20 a 22 Outubro 1988

A I Conferência das cidades Euro-Árabes realizar-se-à de 20 a 22 de Outubro próximo em Marraqueche numa iniciativa conjunta do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CCRE) e da Organização das Cidades Árabes (OCA).

Neste encontro destaque para o facto de uma das secções de trabalho (a que analisará o tema "A cooperação Cultural") ser presidida pelo responsável pela Câmara Municipal de Lisboa.

O programa da conferência é o seguinte:

20 de Outubro

10H às 12H - Sessão de abertura com intervenções de representantes do país anfitrião, CCRE, OCA, Secretário Geral da Liga Árabe, Parlamento Europeu, Conselho da Europa.

- Almoço.

16H às 20H - Sessão plenária que analisará o tema "As relações Euro-Árabes e a contribuição das cidades no seu aprofundamento.

Presidente: personalidade árabe. Debate geral apresentado por: Presidente Internacional do CCRE Secretário geral da Liga Árabe.

- Jantar.

21 de Outubro

09H às 12H - Continuação do debate.

- Almoço.

16H às 20H - Reunião simultânea de três secções de trabalho.

a) "A cooperação técnica".

Presidente: uma personalidade árabe.
Vice-Pres.: Rogert Neame, Conselheiro do Condado de Kent, Presidente da Secção Britânica do CCRE.

Conferencista: Ricardo Perez Casado Presidente do Município de Valença, Vice-Presidente do CCRE e Vice-Presidente da Secção Espanhola do CCRE.

b) "A cooperação cultural"

Presidente: Nuno Abecassis, Presidente da Câmara de Lisboa.

Vice-Pres.: personalidade grega.

Conferencista: Udo Steinbach, Director do Instituto de Estudos Orientais da RFA (Hamburgo).

c) "Os problemas de imigração".

Presidente: personalidade árabe.

Vice-Pres.: Roland Nungesser, Ex-Ministro, Deputado, Presidente do Município de Kaire de Nogent-Sur-Marne, Vice-Presidente Delegado da Secção Francesa do CCRE.

Conferencista: Francesca Marinaro, Membro do Parlamento Europeu.

22 de Outubro

08H30 - Reunião da Comissão de resoluções.

11H00 - Sessão de encerramento.

- Almoço.

Sábado de tarde

e

23 de Outubro

- Visitas turísticas.

SEMINÁRIO SOBRE TERMALISM

A Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Industriais de Águas Mineró-Medicinais e de Mesa (ANIAMM) organizaram um «Seminário sobre Termalismo» que decorreu de 24 a 26 de Junho no Luso, concelho da Mealhada, e teve como principal objectivo congregar todos os intervenientes e interessados do sector para um debate o mais amplo possível sobre o presente e o futuro do termalismo em Portugal.

Esta iniciativa conjunta da ANMP e da ANIAMM, contou com cerca de trezentos participantes, nomeadamente autarcas, empresários e industriais, técnicos de turismo, médicos, responsáveis das Comissões de Coordenação Regional, arquitectos e outros organismos ou entidades que pela sua acção têm também uma palavra a dizer sobre o desenvolvimento do termalismo no nosso País.

O Ministro do Comércio e Turismo, Ferreira do Amaral, presidiu ao encerramento do seminário, enquanto no decorrer dos trabalhos participaram também outros elementos do Governo.

O responsável pela pasta do Comércio e Turismo divulgou, na oportunidade, que «o Plano Nacional de Turismo considera o termalismo como uma área chave do desenvolvimento do turismo no nosso País». Contudo Ferreira do Amaral salientaria mais adiante de que «pela parte que cabe aos departamentos governamentais da área do turismo, nada mais deverá ser pedido para promoverem e apoiarem a recuperação do termalismo em Portugal». Após ter explicado os motivos desta sua afirmação, o Ministro do Comércio e Turismo acrescentaria que «cabe agora aos autarcas, aos empresários e aos concessionários e clínicos conjugarem esforços e continuarem unidos na elaboração e na concretização de programas e projectos, certos de que não são concorrentes e de que depende das suas concertações o êxito da acção de todos».

Entretanto já na sessão de abertura deste seminário, o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território considerou «o termalismo como um factor de desenvolvimento regional de grande interesse». Nunes Liberato salientou a propósito, que este tipo de turismo está mesmo a incrementar o desenvolvimento no interior, área onde ele é mais necessário.

No final dos trabalhos foram aprovadas algumas resoluções, que passamos a transcrever na íntegra, mas das quais salientamos desde já uma proposta, apresentada pelas autarquias presentes no seminário, para a criação da secção de «Municípios com termas».

1 - Depois de uma longa fase de reflexão e debate sobre o Termalismo e a sua problemática, chegou a hora de se passar à acção, exigindo para o efeito, das várias entidades envolvidas e do Governo os meios necessários à sua materialização.

2 - A existência de uma capacidade empresarial dinâmica é um factor determinante para o referido arranque, que alcançará, sem dúvida uma maior eficácia e dimensão, recorrendo à fórmula de associativismo empresarial.

3 - O Termalismo constitui actualmente um sector de importância económica considerável, quer em termos produtivos, quer em termos de emprego, sendo, além disso, um factor importante para o desenvolvimento regional como corrector de assimetrias.

4 - Considerando que os Municípios se encontram numa situação previligiada para exercerem uma actividade coordenadora entre as várias instâncias intervenientes no desenvolvimento, urge criar um espaço associativo próprio para os «Municípios com Termas» que se torne num local ideal para em conjugação com as instituições privadas, definir estratégias e a orquestrar políticas relativas ao desenvolvimento e à promoção do Termalismo em Portugal.

5 - As Águas Mineromedicinais são recursos minero-energéticos renováveis cuja exploração deverá ser compatível com a sua preservação, o que exige a intervenção de equipas interdisciplinares que contribuam no domínio de gestão ambiental e da sua exploração económica dada a extrema sensibilidade ecológica deste recurso.

6 - Reconhece-se a existência de condições sobre os pontos de vista técnico e financeiro, estimulantes ao lançamento do aproveitamento das Águas Mineromedicinais como recurso geométrico.

7 - Reafirma-se o reconhecimento da notável capacidade científico-tecnológica existente no País no domínio da prospecção, pesquisa e captação dos recursos hidro-minerais.

8 - Lembra-se a necessidade de modernizar a legislação referente às Águas Mineromedicinais e de Mesa, existindo certas divergências quanto à inclusão da Lei das Águas na Lei de «Bases para Águas, Minas e Pedreiras».

9 - Os estabelecimentos Termais devem adaptar-se quando necessário às exigências da respectiva vocação terapêutica quer quanto a instalações, quer quanto a pessoal técnico e auxiliar.

10 - Reafirma-se que a Água Termal é um medicamento que deve ser tratado pelo Serviço Nacional de Saúde em pé de igualdade com os demais.

11 - O tratamento termal é um direito a que a população deve ter acesso.

CRIADA SECÇÃO DE MUNICÍPIOS COM TERMAS

- 12 - A Segurança Social deve completar os esquemas do Serviço Nacional de Saúde no âmbito da Acção Social.
- 13 - Devem ser elaborados planos directores para todas as estâncias termais, com audiência prévia dos concessionários, prevendo áreas de protecção e de expansão.
- 14 - Os projectos para a renovação ou remodelação das instalações termais, dada a sua especificidade, terão de, necessariamente ter o apoio do seu corpo clínico.
- 15 - O Hotel Termal ou o Hotel de Termas deve ser concebido tendo em especial atenção a estadia do aquista e ocupação dos seus tempos livres. O respectivo pessoal deve ser treinado por forma a garantir o regime alimentar e as prescrições para a estadia.
- 16 - Os programas de animação termal devem ser criados e intensificados em todas as Estâncias por constituírem resposta adequada às necessidades sentidas pelos utentes das Estâncias Termais, quer estes sejam curistas, turistas ou simples passantes;
- 17 - Os programas de animação termal devem contemplar tudo o que no âmbito social, desportivo ou cultural é usualmente considerado para a finalidade em causa, tendo em conta as específicas condições de cada Estância Termal, valorizando-se contudo, os aspectos relacionados com as potencialidades locais, usos e costumes, a história e os valores culturais da região, etc...
- 18 - Os planos directores, os planos de pormenor a elaborar por cada Estância Termal, deverão contemplar, quer a localização, quer a dimensão do equipamento de animação adequado;
- 19 - O sucesso de animação termal depende em grande parte da preparação e da competência dos quadros e dos animadores, pelo que é necessário promover a defenição da política e dos termos de referência para a formação das técnicas de animação e em consequência promover a realização dos cursos necessários.
- 20 - Foi concluído ser necessário encontrar forma adequada à possibilidade das Câmaras Municipais Concessionárias de Termas, beneficiarem dos sistemas de incentivos e ajudas existentes de forma a conseguirem viabilizar este recurso.
- 21 - O Termalismo pode em muitas regiões ser importante factor de desenvolvimento regional. Reconhecido que foi a especificidade do investimento termal e tendo-se pela primeira vez, gerado

condições de crédito mais favoráveis para o sector, a par da criação de estruturas administrativas a nível regional e central para coordenar e fomentar o Termalismo, este, por estas e outras razões, vê chegada a sua hora.



Torres Pereira quando fazia a intervenção na sessão de encerramento.



O Ministro Ferreira do Amaral referiu que o "Plano Nacional de Turismo considera o Termalismo como uma área chave do desenvolvimento Turístico do País".

HOLANDA E ITÁLIA QUEREM GEMINAR-SE COM MUNICÍPIOS PORTUGUESES

No âmbito do trabalho que os responsáveis do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CCRE) têm vindo a desenvolver, no sentido de dar um novo incremento às geminções entre os diversos municípios da Comunidade, a Secção Holandesa e a Secção Italiana do CCRE solicitaram à ANMP uma lista das autarquias portuguesas que pretendam iniciar contactos para possíveis geminções entre os respectivos municípios.

De acordo com a pretensão exposta pelas nossas congéneres da Holanda e da Itália, informamos de que os municípios interessados deverão dar conta dessa disposição, por escrito, ao Departamento de Relações Internacionais da ANMP. Ainda neste sentido e de forma a facilitarmos o início desses contactos, aproveitamos para informar de que, na mesma altura, as Câmaras poderão enviar toda a documentação (folhetos, panfletos turísticos, etc., etc...) que entenderem conveniente para dar uma imagem, ainda que sumária, da história, da vida e das actividades do município.

O envio desta documentação por parte das Câmaras, bem como os elementos disponíveis no arquivo da ANMP, serão já, certamente, dados minimamente suficientes que poderão ser enviados áquelas secções do CCRE de imediato, e assim facilitar os primeiros contactos nos diversos processos de geminação que venham a iniciar-se.

A propósito aproveitamos para esclarecer que, posteriormente, poderão também ser solicitadas informações à ANMP sobre o modo como cada autarquia deverá proceder em qualquer processo de geminação.

PONTAULT - COMBAULT (F) E CAMINHA

O boletim «Cites Unies Informations» da Federação Mundial das Cidades Geminadas (FMVJ) anuncia na sua edição n.º 30 a passagem de mais um aniversário da geminação entre Pontault-Combault e Caminha.

Tratou-se da celebração em França do décimo aniversário que teve lugar no passado dia 22 de Maio e à qual esteve presente uma delegação presidida pelo edil de Caminha e que contou ainda com a presença de outros responsáveis daquela autarquia.

Recorde-se que o acordo de geminação entre Pontault-Combault data de 28 de Maio de 1987.

MATOSINHOS ANALISA GEMINAÇÃO COM MERIGNAC

O presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Narciso Miranda, esteve recentemente em França, a convite do «maire» de Merignac, para acordar o processo de geminação entre as duas cidades.

O acto solene de geminação deverá ter lugar em Matosinhos talvez ainda no decorrer deste ano, estando também prevista a deslocação, no início de 1989, de uma delegação da cidade portuguesa a Merignac no intuito do acordo ser oficialmente formalizado em França.

Merignac é uma cidade vizinha de Bordéus, com aproximadamente 60 mil habitantes e é-lhe atribuída, por vezes, a designação de «cidade verde», pelo facto de possuir grandes espaços arborizados e amplos parques públicos.

Recorde-se que Matosinhos está já geminada com as cidades do Campo (Brasil), Villagarcia de Arosa (Espanha) e ainda com Newark (EUA).

WARMERVILLE QUER GEMINAR-SE COM MUNICÍPIO PORTUGUÊS

Warmerville é um município francês com cerca de 2.200 habitantes situado na região do champanhe e com uma superfície de quase 2.350 hectares.

As principais actividades económicas centram-se na agricultura e as suas indústrias estão directa ou indirectamente ligadas à produção vitivinícola que é uma das grandes riquezas da região.

É um município rico, com grandes recursos turísticos e com lindas pastagens, onde prolifera principalmente o gado ovino.

Os municípios interessados em estabelecer contactos para possíveis geminções com Warmerville deverão comunicar com o departamento de Relações Internacionais da ANMP.

DIVERSOS

MEDALHAS CONGRESSOS

Informamos os nossos associados e outros interessados de que a ANMP tem à venda as medalhas relativas ao I e ao II congresso do organismo, realizados, respectivamente, em Figueira da Foz e em Viana do Castelo.

Cada uma das medalhas custa 1.000\$00 (mil escudos) e os pedidos deverão ser dirigidos à Secretaria Geral da ANMP - Av. Márnoco e Sousa, 52 3000 COIMBRA.

SIMPÓSIO AMBIENTE E MUNICÍPIO

Argentina, 25 de Novembro a 2 de Dezembro de 1988

A Fundacion Ambiente e Recursos Naturales (ARN) organismo sediado em Buenos Aires (Argentina) e o Instituto Nacional de Administracion Pública (Espanha) vão organizar o «III Simpósio Iberoamericano sobre Ambiente e Município» de 25 de Novembro a 2 de Dezembro do ano em curso, na cidade de Buenos Aires e em San Martin de Los Andes, Argentina.

Os responsáveis desta iniciativa pretendem reunir políticos e técnicos das autarquias com investigadores e especialistas na problemática da protecção ao meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida, com o intuito de debaterem as grandes linhas de actuação no âmbito das competências dos Municípios e/ou Regiões e/ou Departamentos.

«Modos de acção técnica do Município na gestão da água potável, águas pluviais, efluentes líquidos, resíduos sólidos ou perigosos, resíduos nucleares, ruído,

etc.»; «Áreas municipais protegidas», «Prevenção da degradação ambiental com o aumento de movimento nas cidades turísticas»; «Relações dos municípios com os governos centrais em questões ambientais»; «Administração ambiental nos municípios»; «Orfenamento territorial do município»; «Regime do crédito internacional e nacional para o financiamento de actividades municipais de preservação do ambiente»...;...são alguns dos temas propostos pela organização para debate neste simpósio.

De salientar, por último, que antes e depois do Simpósio está prevista a realização de um conjunto de programas turísticos que conta com o apoio da agência «MELIA» que é também a transportadora oficial do encontro.

Para mais informações sobre este «III Simpósio sobre Ambiente e Município» deverá contactar o Departamento de Relações Internacionais da ANMP.

SUÉCIA PROMOVE CURSO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E PONTES

«Métodos e técnicas de manutenção de estradas e pontes : sua organização e administração» é o tema de um curso que a Swedish National Road Administration (SNRA) em colaboração com a Swedish Agency for International Technical and Economic Co-operation (BITS) irá promover de 23 de Agosto a 23 de Setembro próximos na Suécia.

Esta iniciativa tem como objectivos alertar para as questões relacionadas com os processos e técnicas de manutenção de estradas e pontes e pretende ainda analisar a aplicação dos diferentes métodos e técnicas de acordo com as condições de cada região. Os responsáveis por esta acção tentarão ainda que através do diálogo criado forçosamente no seio deste curso sejam implementadas novas experiências apoiadas nos conhecimentos expostos por cada um dos elementos de acordo com as técnicas utilizadas nos respectivos países.

Este curso destina-se principalmente a quadros superiores de organismos ligados ao sector, mas é ainda

extensivo a responsáveis por Planos Directores Municipais, autarcas, técnicos de manutenção deste tipo de vias de comunicação e outros especialistas que pela sua acção estejam directa ou indirectamente relacionados com o tema em análise.

A organização proporciona facilidades a todos os que pretendam participar neste curso. Essas facilidades podem ir até à concessão de uma bolsa igual ao montante do preço de inscrição. Os trabalhos do curso desenrolar-se-ão em inglês e a documentação que irá sendo entregue aos participantes será traduzida também naquela língua.

De salientar que no nosso país este curso tem o apoio da ANMP, da embaixada da Suécia em Portugal e também da Prevenção Rodoviária Portuguesa.

Mais informações sobre este curso deverão ser solicitadas ao Departamento de Relações Internacionais da ANMP ou então a um qualquer daqueles organismos.

FORUM EUROPEU SOBRE TEMPOS LIVRES

Zurique, 25 a 28 de Outubro de 1988

A secção suíça do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa vai levar a efeito, em colaboração com diversos organismos privados e com o apoio de entidades oficiais, o «I Fórum Europeu sobre tempos livres» que decorrerá em Zurique de 25 a 28 de Outubro próximo.

Este Fórum pretende ser o ponto de encontro e de reflexão de todos os responsáveis na Europa pelos tempos livres e ainda pela melhoria das condições de qualidade de vida dos cidadãos.

«O Homem, os tempos livres, o lazer e o marketing»; «Política Cultural numa Europa sem fronteiras»; «Lazer e promoção da cultura na óptica de uma empresa : o exemplo da FIAT»; «Civilização : o Homem privado e o Homem público» são alguns dos temas propostos para análise neste fórum de Zurique. No entanto serão ainda organizadas mesas redondas e debates sobre temas que os responsáveis pelo fórum,

classificam de «debates paralelos», mas que debruçar-se-ão sobre questões no âmbito dos temas denominados principais e já focados atrás.

Os trabalhos terão tradução simultânea em três línguas (francês, alemão e inglês) e todas as intervenções dos animadores e especialistas participantes serão fornecidas em francês e inglês.

A organização desenvolverá todo um programa de animação para acompanhantes que terão acesso facilitado aos locais onde decorrerem os trabalhos do fórum.

As inscrições rondam entre os 400 e os 600 francos suíços e não incluem qualquer tipo de alojamento, viagens ou refeições durante a permanência em Zurique (exceptuando as pausas para café e o beberete de encerramento).

O Departamento de Relações Internacionais da ANMP dispõe de outras informações sobre este fórum.

II FORUM EUROPEU «FORENERGY 88»

Em Genebra de 7 a 10 Novembro

A Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPLRE), a Associação «FORENERGY» e o Município de Genebra vão organizar o II Fórum Europeu «FORENERGY 88» de 7 a 10 de Novembro próximo, no Centro Internacional de Conferências de Genebra.

Este fórum que tem o apoio de diversas instâncias da Comunidade e de diferentes organismos mundiais relacionados com o sector energético, desenvolverá todo o debate, durante os três dias da iniciativa, em torno do tema : «A cidade e a energia : gestão energética municipal, local e regional».

Segundo as entidades organizadoras o II Fórum Europeu «FORENERGY 88» tem como principais objectivos analisar a rentabilização dos recursos disponíveis, definir as exigências e necessidades do sector bem

como procurar encontrar a melhor forma de utilização das colectividades públicas fornecedoras, tomar conhecimento com as novas experiências e as novas tecnologias do sector e ainda proporcionar com este debate novos caminhos para o campo da investigação.

A Associação «FORENERGY» e a CPLRE chamam ainda a atenção para o facto deste fórum ser destinado principalmente aos responsáveis municipais, aos serviços públicos ligados ao sector e ainda a empresas, industrias e técnicos que estejam directamente ligados às questões energéticas na Europa.

O Departamento de Relações Internacionais da ANMP dispõe de outras informações sobre este Fórum, pelo que os interessados poderão solicitá-las para a sede da ANMP.

PROGRAMA «SOLIDARIEDADE - ÁGUA»

A ANMP foi convidada pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CCRE) a participar num seminário sobre o «Programa Solidariedade - Água» que terá lugar nos dias 26 e 27 de Setembro próximo em Bruxelas.

Este encontro tem como objectivos principais a análise das iniciativas e acções que cada país membro da CEE está a desenvolver no âmbito daquele programa e ainda tomar conhecimento do trabalho já realizado.

Neste seminário, organizado pelo CCRE, deverão participar três representantes de cada secção nacional dos países que integram o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e ainda diversos convidados ligados a instituições de protecção do ambiente, a organismos da CEE, elementos de Governos dos países membros e outras individualidades que em toda a Europa têm manifestado a sua preocupação por questões ambientais, especificamente as relativas à poluição dos rios, dos mares e dos lagos.

CAMPANHA EUROPEIA PARA O MUNDO RURAL

MÁRIO SOARES ENCERRA NA RFA

A Campanha Europeia para o Mundo Rural na qual Portugal, através da ANMP, também está empenhado, será encerrada de 11 a 14 de Outubro próximo em Lübeck e contará com a presença do Presidente da República Portuguesa e ainda com o Chefe de Estado da República Federal da Alemanha.

O programa destas cerimónias inclui, entre outras iniciativas, uma exposição de projectos no domínio do

desenvolvimento rural, um seminário de apresentação e de debate sobre o Mercado Único.

O Departamento de Relações Internacionais da ANMP tem a disposição mais informações sobre estas manifestações. No entanto as marcações para participar naquelas iniciativas podem também ser solicitadas directamente para:

Senhor ULRICH BOHNER

Telefone 88614961

ext 2363 ou

Senhor RALPH OSTERWOLDT

ext 2373

Conselho da Europa

Estrasburgo - França

Próximas iniciativas da ANMP

ENCONTRO SOBRE POLÍTICA DE SOLOS

Viseu, 27 de Setembro

Évora, 29 de Setembro

No prosseguimento do seu Plano de Actividades para 1988, a ANMP vai organizar no dia 27 de Setembro, em Viseu, e no dia 29 do mesmo mês, em Évora, «Encontros sobre política de solos».

Este «Encontro sobre política de solos» vai realizar-se numa «primeira fase» em Viseu e dois dias depois em Évora, não por se tratarem de iniciativas diferentes mas sim pelo facto de, uma vez efectuado em dois locais perfeitamente distintos, proporcionar maior facilidade de participação por parte dos Municípios associados da ANMP e também para enriquecer o próprio debate.

Esta iniciativa da ANMP, que conta com a colaboração das autarquias onde a acção terá lugar, centrará, fundamentalmente, o debate nos seguintes temas :

«Aspectos técnicos do ordenamento do território e da gestão urbanística», «Aspectos jurídicos da legislação sobre planos e sobre transformação de solos» e por último «A experiência Espanhola quanto à política de solos».

Durante o decorrer dos trabalhos estão previstas intervenções dos Directores Gerais da Administração Autárquica e do Ordenamento do Território, de elementos da Comissão Especializada de Infraestruturas, Urbanismo e Ambiente da ANMP, ainda intervenções dos presidentes das Câmaras Municipais de Viseu, Évora, Vila Franca de Xira e Gouveia, isto para além, naturalmente, de intervenções de outros dirigentes da ANMP.

DESPORTO NAS AUTARQUIAS

7 e 8 de Outubro em Coimbra

A ANMP vai levar a efeito com a colaboração da C.M. de Coimbra um seminário subordinado ao tema “Desporto nas Autarquias” que terá lugar nos dias 7 e 8 de Outubro próximo no auditório da Universidade de Coimbra.

“História e filosofia do desporto”, “A estrutura desportiva do país”, “As instalações desportivas autárquicas e a sua gestão”, “O aproveitamento pleno das estruturas desportivas”, “A formação desportiva” e “A escola, o clube e o cidadão” são temas a analisar nesta acção integrada no âmbito do “Plano de actividades de 1988” da ANMP.

Este seminário pretende contribuir, através de um debate aprofundado e tão diversificado quanto possível, para um maior e mais eficaz cooperação entre os todos os intervenientes no processo desportivo, de forma a proporcionar um verdadeiro incremento no desenvolvimento do desporto no nosso país. Neste sentido, para além da presença do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, Alarcão Troni, e do Secretário

de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude, Albino Azevedo Soares, que presidirão, respectivamente, à sessão de abertura e ao encerramento, o debate contará com as intervenções ou participações de cerca de cem autarcas, responsáveis da Direcção Geral dos Desportos, professores e ainda com representantes da Federação Espanhola dos Municípios e Provincias (FEMP) que explicarão a experiência espanhola neste domínio.

Paralelamente ao decorrer dos trabalhos a ANMP, em colaboração com a Direcção Geral dos Desportos e a C.M. de Coimbra, irá realizar um programa de enquadramento com acções desportivas no âmbito do atletismo, ciclismo, natação, que, por estar aberto ao público em geral, aos atletas dos clubes e aos alunos dos estabelecimentos de ensino da região de Coimbra, deverá contar com uma participação significativa de desportistas.

Qualquer informação sobre este seminário deverá ser solicitada à ANMP.